

SUSTENTABILIDADE SÓCIOECONÔMICA E AMBIENTAL NA COLÔNIA DE PESCADORES Z-03, MUNICÍPIO DE OIAPOQUE - AP

Socioeconomic and environmental sustainability in the Colony of Fishermen Z - 03, municipality of Oiapoque - AP

Sâmella Patrícia Lima Paungartten¹

Maria das Neves S. de Azevedo²

RESUMO:

A zona costeira amapaense possui uma grande diversidade íctica e é reconhecida pela riqueza de seus recursos pesqueiros beneficiado pela diversidade de seus ambientes: rios, estuários, lagoas, manguezais, distribuídos em uma costa de aproximadamente 700 km de extensão. O município de Oiapoque, localizado no extremo norte deste estado, possui destacado papel na produção pesqueira, sobretudo, representada pelos pescadores artesanais associados à Colônia de pescadores Z-03 que atuam ao longo do rio Oiapoque, principalmente na região estuarina, e na área costeira da unidade de conservação Parque Nacional do Cabo Orange. O presente artigo discute a sustentabilidade socioeconômica e ambiental da atividade motivado pela percepção dos pescadores quanto ao seu comprometimento pela exploração da pesca predatória. Os resultados obtidos são fruto das análises de questionários preenchidos pelos pescadores associados e entrevistas realizadas com o presidente da Colônia Z-03. Neste contexto, observa-se que os maiores entraves estão associados à falta de políticas, projetos e recursos financeiros para o desenvolvimento pesqueiro local.

Palavras-chave: Pesca; Sustentabilidade; Oiapoque; Colônia Z-03.

ABSTRACT:

The amapaense coastal zone has a great diversity of fishes and is recognized by the richness of its fishing resources benefited by the diversity of its environments: rivers, estuaries, lagoons, mangroves, distributed in a coast of approximately 700 km in length. The municipality of Oiapoque, located in the extreme north of this state, has a prominent role in fishing production, mainly represented by the artisanal fishermen associated with the Colony of fishermen Z-03 that work along the Oiapoque river, mainly in the estuarine region, and in the coastal area of the conservation unit Cabo Orange National Park. The present article discusses the socioeconomic and environmental sustainability of the activity motivated by the frequent reports about being compromised due to the exploitation of predatory fishing. The results obtained are the outcome of the analysis of questionnaires completed by the associated fishermen and interviews with the president and associates of the Colony Z-03. In this context, it is observed that the greatest obstacles are associated to the lack of policies, projects and financial resources for its development.

Keywords: Fishing; Sustainability; Oiapoque; Colony Z-03;

¹Universidade Federal do Amapá. samella.lima@unifap.com

²Universidade Federal do Amapá. mariadasneves.gt@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O litoral amazônico possui naturalmente significativo potencial pesqueiro por concentrar grande quantidade de matéria orgânica oriunda da decomposição de diferentes ambientes: manguezais, planícies fluviais, lagoas e estuários. A heterogeneidade e dinâmica dessas condições físico-químicas determinam alterações importantes no estabelecimento da flora, fauna e, de maneira particular, aos recursos pesqueiros associados a eles (ISAAC-NAHUM, 2006; FREITAS; RIVAS, 2006)

A zona costeira amapaense, a exemplo, possui uma grande diversidade íctica e é reconhecida pela riqueza de seus recursos pesqueiros. O estado é naturalmente beneficiado pela existência de um sistema flúvio-lacustre marinho distribuídos numa costa de 700 km de extensão subdividido em 11 municípios costeiros: Oiapoque, Calçoene, Amapá, Itaubal, Macapá, Santana, Cutias, Mazagão, Pracuúba, Tartarugalzinho e Vitória do Jari (IEPA, 2004).

O município de Oiapoque, localizado no extremo norte deste estado, é um município que neste contexto natural, adquire notoriedade por diferentes motivos. Primeiramente por concentrar suas atividades pesqueiras em águas fronteiriças, constituindo território de constantes conflitos; por se tratar de uma região incorporada a unidade de conservação integral Parque Nacional do Cabo Orange e, por apresentar destacada produção de pescado nos últimos anos (SILVA; DIAS, 2010; DE CASTRO DIAS et al., 2014; CAÑETE et al., 2015).

O complexo contexto que envolve a atividade pesqueira artesanal no município de Oiapoque impulsiona a discussão dos atuais moldes de seu desenvolvimento, considerando a emergência do alinhamento, das potencialidades limitadas dos recursos pesqueiros e a maximização dos benefícios sociais e econômicos oferecidos para a reprodução das práticas tradicionais na região (SACHS, 1993; DIEGUES, 2001; BOFF, 2012).

A busca da sustentabilidade socioeconômica e ambiental pesqueira, tal qual apresentado por Sachs (1993), ainda que a pesca esteja fadada a grandes transformações, torna-se o marco orientador mínimo na busca pelo equilíbrio dos recursos pesqueiros, de seus limites e capacidade suporte em condições de promover um desenvolvimento econômico que garanta a equidade social dos atores envolvidos.

O artigo objetiva entender o estado de sustentabilidade socioeconômico e ambiental da atividade praticada por pescadores artesanais associados à “Colônia Z-03”, em virtude de seus frequentes relatos acerca da redução dos recursos pesqueiros e sua influência no enfraquecimento da pesca. Estes resultados poderão ser utilizados nos subsídios à proposta de políticas que formulem melhores alternativas de manejo dos ecossistemas aquáticos e a manutenção econômica da pesca no município.

2 ÁREA DE ESTUDO

O município de Oiapoque, localizado a cerca de 600 km de Macapá, capital do estado do Amapá, limita-se ao norte com a Guiana Francesa, a leste é banhado pelo Oceano Atlântico e a oeste faz fronteira com o município de Laranjal do Jari. Possui uma área de 22.625 Km², população de 22.986 e densidade demográfica de 0,91 hab/km² (IBGE, 2010).

A dinâmica socioeconômica do município é sobretudo representada pelas explorações de jazidas de ouro, pesca, turismo e comércio. Atividades que desencadeiam significativos fluxos migratórios na cidade - garimpeiros e clandestinos que atravessam o município para a Guiana Francesa bem como franceses que chegam ao município em busca de diversão e mercadorias; preços favorecidos pelo câmbio (NASCIMENTO, TOSTES 2008; DE ALMEIDA, RAUBER, 2017).

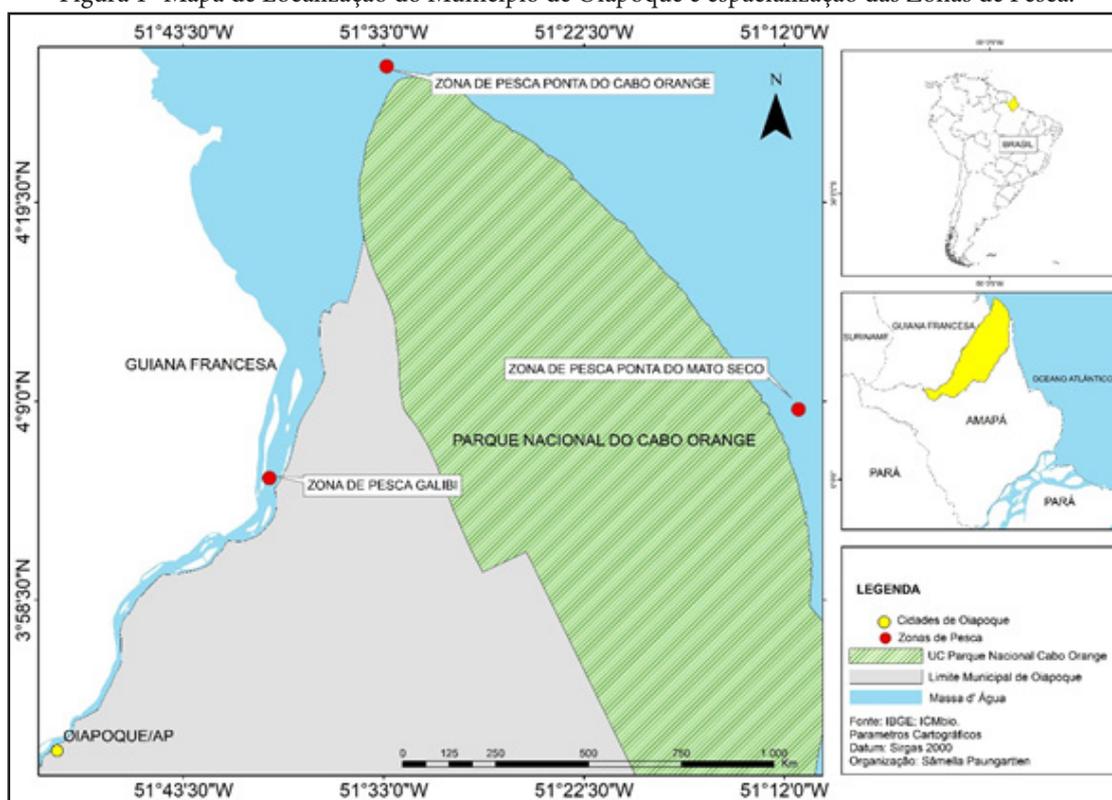
A cidade de Oiapoque é banhada pelo rio homônimo, que flui em direção ao oceano

PAUNGARTEN, S. P. L.; AZEVEDO, M. das N. S de.

atlântico separando - a da cidade francesa, Saint' George. Seu território resguarda duas grandes áreas de proteção ambiental, os Parques Nacionais, Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange.

As atividades pesqueiras, encontra-se localizada no mesmo rio, no trecho compreendido entre a aldeia dos índios Galibis até a ponta do Cabo Orange, praticadas nesta zona tanto a pesca de subsistência quanto a pesca artesanal. A pesca de subsistência é realizada pelos moradores da vila do Taparebá e índios, principalmente da etnia Galibis (SILVA; DIAS, 2010; SILVA et al, 2016).

Figura 1- Mapa de Localização do Município de Oiapoque e espacialização das Zonas de Pesca.



Fonte: Elaborada pelas autoras, 2018.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada correspondeu a quali-quantitativa com à coleta de dados por meio da aplicação de 31 questionários do tipo semiestruturado, complementados com entrevistas dirigidas ao presidente da Colônia Z-03e vice-presidente da Confederação Amapaense de Pescadores. As principais questões estão apresentadas abaixo, de acordo com os três eixos essenciais: social; econômico; e ambiental.

No primeiro eixo social as questões estão relacionadas à escolaridade dos pescadores, estado civil, faixa etária, tempo de atuação pesqueira e local de residência, número de pessoas por família, número de participantes diretos na atividade pesqueira, valor e origem da renda familiar, total de pessoas que contribuem para renda total.

Os aspectos econômicos estão contemplados no terceiro eixo e enfocam a relação de trabalho na pesca, capacidade de carga da embarcação, destino e valores do pescado, média de investimento na atividade pesqueira (pagamento de mão de obra, material e combustível) e principais problemas para a manutenção econômica da atividade pesqueira.

Por fim na dimensão ambiental são abordados aspectos relativos à espécie e tamanho do pescado; viabilidade econômica; tipo de apetrecho empregado na pesca; época e local de pesca;

PAUNGARTTEN, S. P. L.; AZEVEDO, M. das N. S de.

conservação do pescado, principais espécies capturadas; nível de compreensão sobre sustentabilidade pesqueira.

Após a reunião das respostas obtidas, partiu-se para o estudo e comparação desses dados com fins a obter o resultado que buscasse responder as indagações pertinentes à pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento sustentável pode ser entendido a partir de oito dimensões, a saber: econômica, social, cultural, territorial, política (nacional), política (internacional), ecológica e ambiental.

Dessas categorizações, três são destacadas por muitos autores como as mais importantes para o cumprimento de um desenvolvimento sustentável efetivo. A primeira, a econômica, refere-se ao desenvolvimento de premissas estruturais que condicionaria determinada estabilidade econômica para todos os grupos populacionais que dependem de uma atividade para sua reprodução (ZYLBER-SZTAJN; LINS, 2010)

Quanto à sustentabilidade social, refere-se ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

Sustentabilidade ambiental, ainda segundo a classificação de Sachs (1993), refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica na capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.

A contribuição da categorização do autor supracitado reside na sua compreensão holística, no qual o desenvolvimento sustentável necessita ter para ser incorporada as políticas de planejamento e gerenciamento das mais diversas atividades econômicas, com ressaltado, a atividade pesqueira, a qual vem passando por mudanças significativas quanto aos seus moldes de sustentabilidade (DIEGUES, 2001; VASCONCELOS et al., 2007).

Embora a incorporação das demais dimensões sejam consideradas substanciais para o desenvolvimento de muitas atividades econômicas, sobretudo, as de alicerce tradicionais como a pesca artesanal, considera-se que a sustentabilidade social, econômica e ambiental, apontados por Sachs (1993), constituem a essência de um desenvolvimento capaz de estimular a reprodução desses sistemas econômicos tradicionais.

4.1 Sustentabilidade Socioeconômica e ambiental na Colônia Z-03

A Colônia Z-03 foi criada em 1984 e regulamentada na Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008. Possui um total de 380 pescadores cadastrados, oriundos de vários municípios do estado do Amapá e principalmente, dos estados do Pará e Maranhão.

As atividades pesqueiras, de base artesanal, ocorrem em duas zonas principais, no rio Oiapoque, cuja a espécie mais capturada é a pescada branca (*Plagioscion spp.*), e na zona costeira, que se estende da ponta do Cabo Orange até a jusante do rio Cassiporé, no qual a corvina (*Cynoscion uirescens*) é a espécie mais procurada.

A pescaria na zona costeira, ocorre por meio de um sistema de rodízio controlado pela Colônia Z-03 e a gestão do ICMBio na unidade de conservação Parque Nacional do Cabo Orange desde 2007. Neste acordo, se permite pescarias nas águas do parque, durante no máximo 10 dias para cada embarcação autorizada, desde que não ultrapasse 20 embarcações da frota do município (CAÑETE et al., 2015).

Nesta zona foram identificados cinco principais pontos de pesca, autorizadas. Entretanto o local de maior produção, segundo os pescadores e os estudos realizados pela cartografia social, se

PAUNGARTTEN, S. P. L.; AZEVEDO, M. das N. S de.

localiza na foz do rio Cassiporé, que é considerado pelo ICMbio, como área de extrema proibição à pesca, encontrando-se, portanto, fora da área delimitada pelo acordo de pesca (SILVA et al, 2016).

As relações trabalhistas são organizadas com base em normas tradicionais de partilha - a tripulação realiza as capturas, e a produção resultante é dividida entre os pescadores e o(s) dono(s) da embarcação, não existindo vínculo empregatício. A proporção da produção que fica com os pescadores e o proprietário é definida previamente, variando entre as artes de pesca e os locais de captura.

No objetivo de encontrar respostas para as situações que incomodam o meio pesqueiro no município, a Colônia Z-03 usa os mecanismos articulatórios pertinentes à política pesqueira, a legislação vigente e a comunidade. Tais questões são tratadas nas reuniões que a associação realiza com os seus profissionais e autoridades representantes dos órgãos responsáveis pela pesca no Amapá.

Na última reunião, realizada no mês de outubro de 2018 pelo presidente da colônia Z-03, com a presença do presidente da Confederação dos Pescadores do Amapá, dentre outros assuntos de pauta, discutiam as atuais condições do auxílio “Seguro defeso” e a necessidade de maior controle das vendas dos pescados comercializados (Figura 2).

Figura 2- Sede da Associação de Pescadores da “Colônia Z-03”.



Fonte: Acervo das autoras, 2018.

Como bem observa Silva e Dias (2010), a Lei nº 142, de 29 de dezembro de 1993, instituiu a Política Pesqueira do estado do Amapá definindo as modalidades de pesca existentes na região. Porém, as entidades de pescadores e órgãos públicos ligados à pesca agem à revelia dessa lei, assumindo os mesmos pesos sobre a pesca industrial e a pesca artesanal.

Estas divergências são abordadas frequentemente em reuniões realizadas pela colônia, que relatam a grande dificuldade de administrar os constantes conflitos derivados da exploração pesqueira por uma multiplicidade de atores numa região fronteiriça.

Considerando que o retrato das socioeconômicos são indicadores fundamentais na avaliação do estado de sustentabilidade da pesca, os dados abaixo, coletados durante a pesquisa, serão apresentados e discutidos como caminho para entender o contexto no qual os pescadores da Colônia Z-03 se encontram.

Sobre a faixa etária e tempo de atuação dos pescadores, respectivamente demonstrado no gráfico 1A e 1B apurou-se que a idade dos pescadores varia entre 18 a 60 anos, com tempo de atuação de 30 anos em média. A presença percentualmente menor de pescadores jovens na atividade, indica certa diminuição na hereditariedade pesqueira.

Entre os pescadores entrevistados, é comum o argumento de que seus filhos não seguirão na atividade por entenderem que a pesca não está mais oferecendo retorno econômico para garantir a reprodução social de uma família.

Este enfraquecimento está atrelado aos baixos rendimentos e limites postos pelos atuais modelos de exploração pesqueira industrial que acometi não somente a pesca artesanal amazônica como todas as regiões do Brasil (DIEGUES, 2001; SANTOS; SANTOS; 2005; VASCONCELLOS,

PAUNGARTTEN, S. P. L.; AZEVEDO, M. das N. S de.

2007; SILVA, 2010).

Gráfico 1- Faixa etária (A) e tempo de atuação na atividade pesqueira (B).



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Ao realizar a análise dos dados de escolaridade é possível observar que a maioria dos pescadores possuem baixo índice de escolaridade. Como demonstra o gráfico 2 abaixo, 52% dos pescadores não possuem nem o ensino fundamental.

Embora o município de Oiapoque disponha de ensino fundamental, médio e superior, estes resultados não diferem da realidade apresentada pela maioria dos estudos realizados que apontam o nível de escolaridade dos pescadores artesanais da região (SANTOS, 2005; SILVA, 2010; ZACARDI; PONTE; SILVA, 2014; SANTOS, 2018).

Gráfico 2 - Escolaridade e renda mensal dos pescadores.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Como foi demonstrado no gráfico 4 acima, a maioria dos pescadores apresentam renda mensal equivalente a um salário mínimo (71%). Em seguida, os que recebem mais de três salários mínimos (13%); proprietários de embarcações que são beneficiados por deter os meios de produção (embarcações e apetrechos de pesca).

Considera-se ainda, que muitos dos pescadores além dos honorários de trabalho pesqueiro, sobrevivem de auxílios do governo como Bolsa família, Seguro-defeso entre outras atividades secundárias à pesca que somam a sua renda familiar.

As mudanças no setor pesqueiro a partir de meados da década de 1980, reflexo de um modelo de desenvolvimento econômico que menosprezou as formas tradicionais de produção, induziu a necessidade de as famílias pescadoras artesanais buscar outras fontes de renda para a sua reprodução social (DIEGUES, 1999, 2001).

De acordo com a pesquisa, a maioria das famílias são extensas com uma média de 04 a 07 pessoas por domicílio. Do total de moradores, apenas o entrevistado participa diretamente da atividade pesqueira, em vários casos a esposa atua de forma indireta, especialmente, na prática de filetagem

PAUNGARTTEN, S. P. L.; AZEVEDO, M. das N. S de.
dos pescados, preparando-os para a venda.

Sobre a habitação e o cotidiano dos pescadores, foi constatado que eles geralmente residem em áreas de palafita, em condições mínimas de saneamento básico. Ao serem perguntados sobre o porquê de residirem sobre áreas de várzea, estes responderam que preferem estarem próximos às embarcações. As figuras 3A e 3B expõem, respectivamente, algumas dessas residências e as atividades rotineiras exercidas por eles.

O registro do perfil social das famílias (número de pessoas, número de filhos, estado civil), dos serviços disponíveis (abastecimento de água) e a estrutura (tipo de moradia) não diferem da maioria das famílias de pescadores artesanais no norte do Brasil apresentado em diferentes estudos (ALVES et al, 2015; ZACARDI et al, 2016; SANTOS, 2018).

A comercialização do pescado é realizada no mercado municipal, o qual apresenta con-

Figura 3 - Habitação (A) e cotidiano dos pescadores da Colônia Z-03(B).



Fonte: Acervo das autoras, 2018.

dições mínimas para o desenvolvimento da atividade pesqueira; ausência de abastecimento de água e esgotamento sanitário (Figura 4).

Segundo as entrevistas realizadas, no período de 2010 a 2018, houve um aumento considerável de atravessadores comprando safras pesqueiras para beneficiamento nas indústrias. Aumento que se deve ao surgimento das fabricas de gelo e das diversas embarcações oriundas de outros estados que realizam o desembarque no município, discutidas nos estudos de Silva e Dias (2010); Ravena e Magalhães (2015) e Figueiredo (2016).

Figura 4 - Mercado municipal do município de Oiapoque – AP.



Fonte: Acervo das autoras, 2018.

Dentre outros fatores, segundo a maioria percentual dos pescadores, está associado a proximidade geográfica e a própria condição natural do rio Oiapoque - o rio não oferece variações em seu nível que impeça as embarcações de chegarem até à cidade.

Estes atravessadores, nome dado aos compradores livres que adquirem o peixe negociando diretamente com os pescadores com embarcação própria, compram o pescado por um preço muito baixo e os revendem para os feirantes por um valor maior. Este tipo de comercialização não

PAUNGARTTEN, S. P. L.; AZEVEDO, M. das N. S de.

é considerado ilegal, porém se torna custosa para a comunidade que passa a depender da variação frequente do preço.

Analisando a tabela abaixo, é possível perceber as principais espécies de pescado comercializados e o seu progressivo aumento nesta relação de atravessadores.

Tabela 1 - Preço do pescado no mercado municipal de Oiapoque.

Pescados (nome popular)	Nome Científico	Valor de compra atravessadores (R\$/Kg)	Valor de venda para o consumidor (R\$/Kg)
Acara Açú	<i>Astronotus spp</i>	3,00	13,00
Bagre	<i>Genidens barbuis</i>	3,00	7,00
Branquinha	<i>Curimataamazonica C.</i>	7,00	12,00
Corvina	<i>Cynoscion virescens</i>	5,00	13,00
Dourada	<i>Brachyplatystoma</i>	7,00	18,00
Filhote	<i>Brachyplatystoma</i>	7,00	18,00
Gurijuba	<i>Arius limiscutis</i>	8,00	15,00 a 18,00
Pescada branca	<i>Plagioscion spp.</i>	5,00	12,00 a 14,00
Piramatuba	<i>Brachyplatystomavaillanti</i>	6,00	15,00 a 18,00
Pescada amarela	<i>Cynoscion sp</i>	5,00	15,00
Sarda	<i>Sarda sarda</i>	5,00	10,00 a 15,00
Tamoatá	<i>Callichthys callichthys</i>	3,00	8,00 a 10,00
Tambaqui	<i>Colassoma macropomum</i>	13,00 a 15,00	25,00

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2018.

Entre os principais problemas e desafios citados pelos entrevistados como obstáculos ao desenvolvimento econômico e social da pesca no município, estão a pesca predatória em áreas de pesca proibida, a fiscalização excessiva dos agentes do ICMBio e IBAMA e a falta de políticas sociais, de projetos e recursos financeiros para serem investidos em equipamentos que viabilizem a melhoria da qualidade do trabalho da pesca artesanal, com aumento da produção e o seu retorno como melhoria na qualidade de vida.

Ainda que os obstáculos mencionados sejam relevantes, a baixa renda e escolaridade dos pescadores apresentadas, são indicadores que podem influenciar direta ou indiretamente no uso inadequado ou excessivo dos recursos naturais e, conseqüentemente, promover mudanças na dinâmica e sustentabilidade pesqueira do município. Assim, é preciso considerar o quadro apresentado no escopo de qualquer ação de planejamento direcionado para a região.

O estudo das atuais condições socioeconômica da pesca no município de Oiapoque não pode estar dissociado do seu quadro ambiental, na medida em que a má percepção e administração dos estoques pesqueiros põe em risco sua sustentabilidade e assim o mantimento das práticas artesanais desenvolvidas (SANTOS, 2005; FREITAS; RIVAS, 2006).

Conforme relatado, um dos principais problemas ambientais enfrentados por eles é a diminuição de algumas espécies de pescado, sobretudo, da corvina (*Cynoscion virescens*). Para eles, esta diminuição está associada à presença da pesca predatória na costa oceânica, motivada pela falta de fiscalização local.

A pesca predatória industrial, realizada por navios, sobretudo, dos estados do Maranhão, Ceará e Pará, utilizam apetrechos com grande capacidade de captura que, além de desequilibrar os ecossistemas aquáticos, altera os estoques de determinadas espécies de pescado (FUNDAÇÃO PRO-ZEE, 2006; SILVA, 2010).

Embora o relato dos pescadores quanto aos estoques pesqueiros e demais efeitos negativos sejam considerados, a redução do cardume não pode ser atrelada unicamente a pesca predatória, uma vez que, muitas outras atividade e alterações ambientais como a derrubada das matas ciliares, a destruição de nascentes, o assoreamento, a poluição e o represamento de rios podem estar por trás das alterações desses estoques, o que precisa ser melhor avaliado dependendo da zona pesqueira e da espécie alvo.

No caso do município de Oiapoque, sabe-se que algumas atividades econômicas já foram

PAUNGARTTEN, S. P. L.; AZEVEDO, M. das N. S de.

denunciadas como fontes poluidoras e/ou alteradoras dos recursos pesqueiros. A cidade foi desenvolvida a partir da atividade mineradora de jazida de ouro, de natureza ilegal, e que ainda repercuti na transformação físico-química das águas da bacia hidrográfica do rio Oiapoque. (LIMA et al, 2015).

Como apontam Santos e Santos (2005), em condições naturais, a ictiofauna e o ambiente aquático formam uma unidade coesa, harmônica e equilibrada, por isso a sustentabilidade depende não somente na atividade pesqueira em si, mas nas condições de uso e ocupação do entorno, uma vez que a qualidade das águas depende das áreas de terra firme.

Além das questões apontadas, percebe-se uma certa desvalorização de determinadas espécies de pescado, em função da pequena demanda. Tal desvalorização pressiona a população de espécies mais valorizados, como a corvina (*Cynoscion virescens*) e a pescada branca (*Plagioscion spp.*), impactando a biodiversidade e a manutenção das espécies.

A criação do Seguro defeso foi apontada pela maioria dos entrevistados como a principal medida para a preservação das espécies pesqueiras, estando a manutenção desses recursos, estritamente, relacionado a ele. Embora a política tem contribuído para tanto bem como para a reprodução social das famílias pescadoras, esta não pode ser considerada a única saída para a sustentabilidade ambiental da pesca (DIEGUES, 2001; SANTOS; SANTOS, 2005; FREITAS, 2006).

A despeito disso, é de fundamental importância para todo e qualquer tipo de iniciativas que visem a sua exploração e desenvolvimento em bases sustentáveis, que tome a educação ambiental como forma de conscientização e mudanças de comportamento diante da diversidade de ambientes e espécies aquáticas associadas a ela, como é o caso da Amazônia.

Como mesmo Freitas e Rivas (2006), e Issac Nahum (2006), as estratégias de manejo sustentável da pesca para a Amazônia precisam ter objetivos que incorporem conjuntamente a manutenção dos recursos pesqueiros, a heterogeneidade ambiental, as modalidades de pesca e os conflitos desencadeados por elas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o estudo realizado, foi possível observar que a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, necessita ser vista com mais atenção mediante as estatísticas que comprovam que o município de Oiapoque é um dos maiores produtores de pescado do Estado do Amapá, sobretudo, nos últimos anos com o crescimento de atravessadores na sua comercialização.

Assim, buscar formas de ordenamento que possam ser efetivamente aceitas pelos pescadores e controladas de modo coletivo, podem indicar caminhos na busca de maior eficiência e governança no manejo pesqueiro artesanal.

Nesta direção, dentre as principais categorias de sustentabilidade aqui ressaltadas fica claro a importância de maior sensibilização à conservação dos estoques pesqueiros entendendo que ele é a base na qual se mantêm a pesca artesanal, especialmente, quando a região engloba diversos atores sociais na busca pelo recurso.

Confirma-se assim a conjectura de pesquisa de que a deficiência na economia pesqueira artesanal do município de Oiapoque tem como importantes causas a má gestão dos seus recursos pesqueiros.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Colônia de Pescadores Z-03, que desempenhou um papel muito importante para a produção deste artigo, pois, além subsidiar os registros da vida pesqueira de seus associados, a organização foi atenta diante das informações requeridas.

PAUNGARTTEN, S. P. L.; AZEVEDO, M. das N. S de.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri e LEROY, Jean P. Novas premissas da sustentabilidade democrática. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 1, 1999.
- ALVES, Raynon Joel Monteiro; GUTJAHR, Ana Lúcia Nunes; SILVA, Jhon Anderson do Espírito Santo. Caracterização socioeconômica e produtiva da pesca artesanal no município de Marapanim, Pará, Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 210, 2015.
- CAVALCANTI, Clóvis. (org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003.
- CAÑETE, U. M; RAVENA-CAÑETE, V.; MAGALHÃES, S. M. S. B. Pesca artesanal e manejo: conflito socioambiental em uma área de unidade de conservação do Parque Nacional do Cabo Orange, Oiapoque, Amapá. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 3, p. 179- 198, 2015.
- DE ALMEIDA, Carina Santos; RAUBER, Alexandre Luiz. Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do Desenvolvimento Regional. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 22, n. 1, p. 474-493, 2017.
- DE CASTRO DIAS, G. A.; BARBOZA, R. S. L.; JÚNIOR, M. B. F. D.; BRITO, D. M. C.; DE CASTRO DIAS, T. C. A. Diagnóstico da pesca ilegal no Estado do Amapá, Brasil. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 5, p. 43- 58, 2014.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. et al. “Populações tradicionais” e biodiversidade na Amazônia: levantamento bibliográfico georreferenciado. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et. al. **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.
- DA SILVA, Luis Mauricio Abdon; DIAS, Marcos Tavares. A pesca artesanal no estado do amapá: estado atual e desafios. **Bol. Téc. Cient. Cepnor**, v. 10, n. 1, p. 43-53, 2010.
- RAVENA-CAÑETE, Uriens Maximiliano; RAVENA-CAÑETE, Voyner; MAGALHÃES, Sônia Maria Simões Barbosa. Pesca artesanal e manejo: conflito socioambiental em uma área de unidade de conservação do Parque Nacional do Cabo Orange, Oiapoque, Amapá. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 3, 2015.
- FIGUEIREDO SILVA, Sirley Luzia et al. Análise espacial dos conflitos da pesca artesanal no litoral do Oiapoque, Amapá, Brasil. **Biota Amazônia** (Biote Amazonie, Biota Amazônia, Amazonian Biota), v. 6, n. 3, p. 63-69, 2016.
- DO AMAPÁ, IEPA Macrodiagnóstico do Estado. primeira aproximação do ZEE. Macapá: IEPA, 2ª edição, 2006. ISAAC-NAHUM, Victoria Judith. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, p. 33-36, 2006.
- FUNDAÇÃO PROZEE. Fundação de Amparo à Pesquisa de Recursos Vivos na Zona Economicamente Exclusiva - **Monitoramento da Atividade Pesqueira no Litoral do Brasil: Relatório Técnico Final – Projeto Estra pesca**, 2006.
- FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira. A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Ocidental. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, p. 30-32, 2006.
- ISAAC-NAHUM, Victoria Judith. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, p. 33-36, 2006.

PAUNGARTTEN, S. P. L.; AZEVEDO, M. das N. S de.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. **Organizações sustentáveis: utopias e inovações**. Annablume, 2007.

LIMA, DP de et al. Contaminação por metais pesados em peixes e água da bacia do rio Cassiporé, Estado do Amapá, Brasil. **Acta Amazônica**, v. 45, n. 4, p. 405-414, 2015.

NASCIMENTO, Oscarito Antunes do; TOSTES, José Alberto. ‘Oiapoque–Aqui começa o Brasil’»: as perspectivas de desenvolvimento a partir da BR-156 e da Ponte Binacional entre o Amapá e a Guiana Francesa». In: **Anais do VIII Congresso Científico da ANPPAS**, Brasília. 2008.

SANTOS, Geraldo Mendes dos; SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 54, p. 165-182, 2005.

SANTOS, V. F.; TARDIN, A. T. Projeto zoneamento ecológico-econômico do setor costeiro estuarino do Estado do Amapá: diagnóstico sócio-ambiental, relatório técnico de solos. **IEPA**, Macapá, v. 22, 2003.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond, 2000.

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

SILVA, L. M. A.; DIAS, M. T. A pesca artesanal no estado do Amapá: estado atual e desafios. **Boletim Técnico Científico do Cepnor**, v. 10, n. 1, p. 43-53, 2010.

SANTOS, Renata Franco et al. A pesca artesanal no nordeste paraense, município de Viseu-Pará. **Acta of Fisheries and Aquatic Resources**, v. 6, n. 1, p. 35-42, 2018.

VASCONCELLOS, Marcelo; DIEGUES, Antônio Carlos; SALES, RR de. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. **Nas redes da pesca artesanal**, v. 1, p. 15-84, 2007.

ZACARDI, Diego Maia et al. Estudo dos aspectos sociais e técnicos da atividade pesqueira no município de Calçoene, Amapá, extremo norte do Brasil. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, v. 9, n. 2, p. 52-68, 2017.

ZACARDI, Diego Maia; PONTE, S. C. S.; SILVA, A. J. S. Caracterização da pesca e perfil dos pescadores artesanais de uma Comunidade às margens do Rio Tapajós, Estado do Pará. **Amaz. Cienc. Desenv**, v. 10, n. 19, p. 129-148, 2014.